

**“QUEREMOS UM LUGAR PARA BRINCAR EM DIA DE CHUVA”: ESCUTA E IMPACTO DAS VOZES DAS CRIANÇAS NA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA CRECHE**

**“QUEREMOS UN LUGAR PARA JUGAR EN UN DÍA DE LLUVIA”: ESCUCHA Y IMPACTO DE LAS VOCES INFANTILES EN LA AUTOEVALUACIÓN INSTITUCIONAL DE LA GUARDERÍA**

**“WE WANT A PLACE TO PLAY ON A RAINY DAY”: LISTENING AND IMPACT OF CHILDREN'S VOICES IN THE INSTITUTIONAL SELF-ASSESSMENT OF THE DAY CARE CENTER**



Agleide de Jesus VICENTE <sup>1</sup>  
e-mail: agleide2014@gmail.com



Marta Regina Paulo da SILVA <sup>2</sup>  
e-mail: martarps@uol.com.br

**Como referenciar este artigo:**

VICENTE, A. J.; SILVA, M. R. P. “Queremos um lugar para brincar em dia de chuva”: Escuta e impacto das vozes das crianças na autoavaliação institucional da creche. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023113, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17636>



| **Submetido em:** 17/01/2023  
| **Revisões requeridas em:** 27/04/2023  
| **Aprovado em:** 16/08/2023  
| **Publicado em:** 01/12/2023

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Secretaria Municipal de Educação (SME), São Paulo – SP – Brasil. Coordenadora Pedagógica na Prefeitura Municipal de São Paulo – (PMSP). Mestrado profissional em Docência e Gestão Educacional (USCS).

<sup>2</sup> Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), São Caetano do Sul – SP – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (UNICAMP).

**RESUMO:** Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que objetivou identificar as compreensões das professoras e gestora frente à escuta e participação das crianças de três anos na autoavaliação institucional da creche, e o impacto dessas vozes em suas práticas. Trata-se de um estudo de caso, cujos procedimentos metodológicos foram: análise do Projeto Político-Pedagógico, registro reflexivo da coordenadora e o uso de cartas. O referencial dialogou com os estudos da sociologia e pedagogia da infância, assim como as legislações que regulamentam e orientam o trabalho na Educação Infantil. A análise dos dados revelou que a participação das crianças possibilitou o seu reconhecimento como sujeitos de direito, dentre eles o direito à palavra e à participação. Permitiu às professoras e gestoras assumirem a escuta como uma postura de vida e a creche como um espaço social e cultural em que as crianças têm a possibilidade de viver, democraticamente, suas infâncias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Creche. Escuta. Participação das crianças. Autoavaliação Institucional.

**RESUMEN:** Este artículo presenta los resultados de una investigación que tuvo como objetivo identificar los entendimientos de las profesoras y gestoras sobre la escucha y participación de los niños de tres años en la autoevaluación institucional de la guardería y el impacto de estas voces en su practicas Se trata de un estudio de caso, cuyos procedimientos metodológicos fueron: análisis del Proyecto Político-Pedagógico, registro reflexivo de la coordinadora y uso de cartas. El marco teórico dialogó con estudios de la sociología y pedagogía de la infancia, así como las leyes que regulan y orientan el trabajo en Educación Infantil. El análisis de los datos reveló que la participación de los niños permitió su reconocimiento como sujetos de derechos, entre ellos el derecho a hablar y a participar. Permitió que las profesoras y directivos asumieran la escucha como una forma de vida y la guardería como un espacio social y cultural donde los niños tienen la oportunidad de vivir su infancia democráticamente.

**PALABRAS CLAVE:** Guardería. Escucha. Participación de los niños. Autoevaluación Institucional.

**ABSTRACT:** This article presents the results of a research that aimed to identify the understandings of the teachers and manager regarding the listening and participation of three-year-old children in the institutional self-assessment of the day care center and the impact of these voices on their practices. This is a case study, whose methodological procedures were: analysis of the Political-Pedagogical Project, reflective record of the coordinator and the use of letters. The theoretical framework dialogued with studies the sociology and pedagogy of childhood, as well as the laws that regulate and guide work in Early Childhood Education. Data analysis revealed that the children's participation enabled their recognition as subjects of rights, including the right to speak and to participate. It allowed the teachers and administrators to assume listening as a way of life and the day care center as a social and cultural space where children have the opportunity to live their childhoods democratically.

**KEYWORDS:** Day care center. Listening. Children's participation. Institutional Self-Assessment.

## **Introdução**

A criança foi, por muito tempo, compreendida como um ser imaturo, passivo, tão somente reprodutor de cultura, sem racionalidade, sem direito à voz e à participação, devendo ser cuidada e disciplinada a partir dos valores, crenças e conhecimentos determinados pelo contexto sócio-histórico-cultural. A partir do século XX, decorrente dos movimentos sociais, pesquisas e, conseqüentemente, com o avanço no âmbito legal, a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, portanto, como ator social, participante ativa da e na sociedade, visto que constrói conhecimento nas interações e relações estabelecidas com o ambiente e com os outros; um ser potente que interpreta e produz cultura por meio do brincar e de suas múltiplas linguagens.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 legitimou a criança como sujeito de direitos (BRASIL, 1988), sendo reafirmado na Convenção dos Direitos da Criança de 1990 que, em seu artigo 12, delibera que “[...] os Estados devem assegurar a criança o direito de expressar suas opiniões, em assuntos relacionados a ela” (BRASIL, 1990). Este direito é reiterado no Marco Legal da Primeira Infância, que institui diretrizes e princípios a favor da formulação de políticas públicas para a Primeira Infância, de 0 (zero) a 6 (seis) anos, garantindo à criança seus direitos como cidadã participativa (BRASIL, 2016).

Embora se observe avanços do ponto de vista legal, ainda nos deparamos em muitas instituições de educação infantil com o silenciamento das vozes das meninas e meninos, o que denota uma compreensão da criança como um ser de pura adaptação e não de intervenção no mundo, portanto, não apta a participar das decisões coletivas que lhes dizem respeito.

Em face deste cenário, reconhecendo a criança como sujeito de direito, mas que no contexto educativo ainda não tem a garantia da participação nos processos decisórios, é que se insere a pesquisa aqui apresentada (VICENTE, 2021). Trata-se de um estudo de caso realizado em uma creche no município de São Paulo, que vem desenvolvendo um trabalho de participação das crianças bem pequenas no processo de autoavaliação institucional.

A pesquisa teve por objetivo identificar e compreender o papel da escuta das vozes infantis no processo de participação das crianças na autoavaliação institucional da creche. Para isso, foram utilizados como procedimentos metodológicos: a descrição da experiência de autoavaliação institucional da creche a partir dos registros da coordenadora, a análise do Projeto Político-Pedagógico e o uso de Cartas como forma de estabelecer um diálogo com as professoras e gestora, tecendo, assim, a trama dessa experiência com suas aprendizagens, reflexões e interpretações do contexto investigado, em uma interlocução com autores(as) da

sociologia da infância e da pedagogia da infância, bem como com os documentos legais que regulamentam e orientam o trabalho na educação infantil.

Neste artigo, compartilhamos o percurso e os resultados desta investigação apresentando, em um primeiro momento, as estratégias que viabilizaram a participação das crianças na autoavaliação institucional da creche. Na sequência, discorreremos sobre o percurso metodológico, com destaque para o uso das cartas, e, por fim, a análise das narrativas tecidas ao longo da pesquisa, de modo a identificar e compreender o papel da escuta que as vozes infantis assumiram no contexto da creche e como transformaram a prática educativa.

### **Construir um contexto participativo na creche**

Escutar, participar e legitimar as vozes infantis são desafios que adentram o universo das creches, pois implicam, sobretudo, na mudança de concepção e postura do(a) adulto(a) ante às crianças, bem como em romper com o distanciamento entre discurso e prática. Nesse sentido, urge a necessidade de afirmar a potencialidade das crianças em argumentar, sugerir, criticar, opinar, analisar, interpretar e provocar mudanças nos contextos em que convivem.

Destarte, Oliveira-Formosinho (2007) defende a criança como sujeito com agência, que interpela, convoca, interroga, investiga e desafia o mundo a partir das relações que estabelece, construindo saberes, culturas e intervindo de maneira ativa no contexto social ao qual está inserida, influenciando e sendo influenciada por ele. Contudo, como assevera Nascimento (2011), o(a) adulto(a), na interpretação dessas formas de participação infantil, termina por limitar ou até mesmo desconsiderar as vozes das crianças, ou ainda, apostar na potencialidade infantil apenas como uma influência futura para a transformação do mundo.

Reconhecendo o direito de meninos e meninas à participação nas decisões da instituição e a relação adulto(a)-criança firmada pela escuta e pelo diálogo, uma creche no município de São Paulo, desde 2015, tem investido na construção de estratégias de escuta das vozes infantis a fim de viabilizar e efetivar a participação das crianças de 3 anos no processo de autoavaliação institucional, adaptando, desse modo, a metodologia proposta no instrumento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista - IQEIP (SÃO PAULO, 2016a).

Essa proposta surgiu após a diretora da creche ter escutado a solicitação das crianças por um lugar para brincarem em dias de chuva. Tal pedido foi impulsionador para a transformação do olhar da equipe diante das potencialidades da infância, visto que esses meninos e meninas estavam demonstrando o quanto são capazes de avaliar as fragilidades que

existiam no espaço escolar e reivindicar os seus direitos, pois como afirmam Dahlberg, Moss e Pence (2019, p. 71), as crianças “[...] têm uma voz própria e devem ser ouvidas de modo a serem consideradas com seriedade, envolvendo-as no diálogo e na tomada de decisões democráticas”.

A creche precisa ser reconhecida não somente como um lugar a ser frequentado, mas sim como um espaço construído por todos(as) que a frequentam, inclusive as crianças, o que implica na efetivação de sua participação, dando vida às suas experiências e não apenas as concebendo usuárias de um serviço (BONDIOLI; SAVIO, 2013). Assim, ao planejarem as estratégias de escuta das crianças e adaptarem a metodologia dos Indicadores de Qualidade, a coordenadora pedagógica e os(as) professores(as) decidiram por abordar a dimensão 6 do IQEIP (SÃO PAULO, 2016a), que trata sobre os ambientes educativos: tempos, espaços e materiais, algo que vinha ao encontro com o que as crianças estavam apontando como necessidade de qualificação.

Como estratégia de escuta das vozes infantis frente à avaliação dos espaços da creche, as professoras do Minigrupo II (3 anos) sugeriram a roda de conversa, tendo como disparador fotografias dos espaços da instituição: sala de referência, solário, parque, área externa, refeitório e sala de TV. A proposta era que as crianças escolhessem o espaço que mais gostavam e justificassem sua escolha. Discutiu-se também que o diálogo deveria ser mediado pela professora regente da turma, pois, como elucida Corsaro (2009), em uma investigação com crianças bem pequenas, que as reconheçam como atores sociais, faz-se necessário apreender o contexto de meninos e meninas em uma relação de pertencimento com aquele grupo social.

Em um segundo momento foi planejada a adequação da metodologia das cores dos indicadores de qualidade, optando apenas pelas cores verde e vermelha. Definiu-se que as cores estariam representadas pela carinha feliz (verde) e triste (vermelha), assim as crianças iriam qualificar os espaços que gostavam e não gostavam com as carinhas e justificar suas escolhas, identificando se esse espaço necessitava de adequação.

A equipe decidiu que o registro desse processo seria feito por meio da gravação de áudio, assim todas as falas das crianças seriam registradas na íntegra, sem julgamentos ou interpretações, propiciando ao(à) adulto(a) estar entregue à escuta, estabelecendo um diálogo, olho no olho, demonstrando interesse pelas narrativas e descobertas das crianças, aberto(a) às leituras que os meninos e meninas fazem do mundo, visto que “[...] é preciso dar às crianças condições adequadas, sem pressa, sem controle, sem preocupações” (TONUCCI, 2005, p. 18) para que possam refletir e dizer o que pensam.

Os relatos das crianças revelaram o olhar crítico diante dos espaços da creche, pontuando dificuldades que os(as) adultos(as) viam, mas que não tinham dimensão do quanto eram vistos como barreiras por elas. Evidenciaram, ainda, a possibilidade de uma educação mais dialógica, tendo as crianças como interlocutoras na compreensão e construção de “[...] realidades que se afirmem mais gentis e justas com todos os seres que habitam o planeta” (SILVA, 2021, p. 5).

Ao finalizar o processo de autoavaliação institucional, a diretora replanejou os gastos das verbas municipais e federais, a fim de efetivar as propostas das crianças, compartilhando com o Conselho de Escola e demais familiares. Destas propostas, algumas puderam ser viabilizadas naquele ano. Desse modo, após concretizar as ações, reuniu todas as crianças no refeitório e apresentou, por meio de fotos, as mudanças ocorridas na instituição, demonstrando a importância e legitimando as vozes infantis, reconhecendo que “[...] a escuta das crianças oferece subsídios importantes porque, acolhendo a sua perspectiva, é possível transformar as creches e pré-escolas em locais que as cuidem e eduquem respeitando mais seus desejos e necessidades” (CRUZ, 2008, p. 91).

### **A opção metodológica**

Para identificar e compreender o papel da escuta das vozes infantis no processo de participação das crianças bem pequenas na autoavaliação institucional da creche, a opção metodológica foi pelo estudo de caso, visto tratar-se de uma pesquisa que “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto” (YIN, 2015, p. 32).

Dado o caráter singular do trabalho realizado pela creche, foram utilizados como procedimentos metodológicos: a análise do Projeto Político-Pedagógico da unidade, os registros reflexivos da coordenadora e os registros audiovisuais das narrativas construídas pelas crianças do Minigrupo II na autoavaliação, considerando que o olhar das crianças:

[...] permite descortinar uma outra realidade social, que é aquela que emerge das interpretações infantis dos respectivos mundos de vida. O olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente (PINTO; SARMENTO, 1997, p. 27).

Para resgatar as narrativas tecidas durante o processo pelos(as) adultos(as) envolvidos(as), foi utilizado um outro procedimento de coleta de dados: as cartas, como um trançar de fios narrativos, uma vez que o gênero carta permite uma escrita autoral, subjetiva, que historiciza um percurso narrando a partir de sua própria experiência. Esta escolha se deu

como forma de estabelecer um diálogo, compartilhar narrativas, resgatar memórias, provocar “[...] a reflexão e a sistematização das experiências em processo” (CAMINI, 2012, p. 41).

Dado o seu caráter dialógico, interativo, subjetivo, autoral, significativo e de abertura, esse gênero textual possibilitou entrelaçar os diferentes fios narrativos tecidos pelos sujeitos que participaram do processo de autoavaliação institucional junto às crianças, sendo eles duas professoras, que trataremos aqui como Professora 1 e Professora 2, e a Diretora.

A primeira carta enviada pela pesquisadora às participantes, além de agradecer o aceite para participar da pesquisa, objetivou o resgate à memória da experiência acerca da participação das crianças na autoavaliação institucional da creche. Recebido o retorno a esta primeira carta, uma segunda foi encaminhada com a intenção de aprofundar o diálogo, compartilhando conhecimentos ou impactos que tal experiência possa ter promovido no seu saber-fazer como professora ou gestora, assim como revelar os desafios enfrentados durante o processo.

Após o recebimento das cartas, foi realizada a análise dos dados, tendo como base: o referencial teórico, a descrição do processo de autoavaliação institucional e as narrativas das professoras e diretora por meio das cartas, evidenciando os entraves e possibilidades da participação das crianças nos processos decisórios, assim como o papel que suas vozes assumem nos contextos em que estão inseridas.

A análise dos dados teve como referência os estudos de Franco (2003) sobre análise de conteúdo, visto que, partindo das narrativas, buscou-se compreender as condições contextuais de sua produção. Na investigação em tela, as categorias não foram definidas a priori, elas emergiram dos discursos das participantes, sendo posteriormente interpretadas à luz do referencial teórico. Com isso, “Infere-se, pois, das diferentes ‘falas’, diferentes concepções de mundo, de sociedade, de escola, de indivíduo etc.” (FRANCO, 2003, p. 54). Para a análise, foram levantadas as seguintes categorias: Estratégias utilizadas para a participação das crianças na autoavaliação institucional; Participação política das crianças; Aprender com as crianças.

### **Estratégias utilizadas para a participação das crianças na autoavaliação institucional**

Pensar na participação das crianças em processos avaliativos requer planejamento e envolvimento de um coletivo com o compromisso de assumir as vozes infantis como premissa de uma educação de qualidade, acreditando em suas capacidades e potencialidades expressivas, entendendo que meninos e meninas têm o direito de participar das tomadas de decisões nos contextos que estão inseridos(as).

Nesta perspectiva, foi preciso pensar em estratégias que viabilizassem a participação e escuta das vozes infantis na autoavaliação institucional adaptando o IQEIP (SÃO PAULO, 2016a), considerando a dimensão 6, que trata sobre os ambientes educativos, visto ir ao encontro da reivindicação das crianças por um lugar para brincarem em dias de chuva. Conforme relatado pela Diretora (Carta 1): “nossa experiência teve como proposta viabilizar a participação das crianças do Minigrupo II na autoavaliação institucional através dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana”, assim “buscamos junto as professoras de minigrupo II estratégias para ouvirmos as crianças pequenas”. A Professora 1 narra, em sua carta 2, “que como era um projeto para os Minigrupo II, tínhamos nos momentos de partilhas, estudos, discussões e planejamentos, buscando ações, parcerias para resultado efetivo”.

Frente ao desafio de construir estratégias para viabilizar a participação das crianças, as professoras descrevem que construíram:

[...] estratégias pensadas e planejadas no coletivo, preocupadas com uma linguagem que fosse de fácil compreensão às crianças, como cartazes com as imagens dos espaços do CEI, para que as crianças pudessem avaliar a partir da observação das imagens utilizando as carinhas feliz na cor verde e a carinha triste na cor vermelha. O vermelho representava o que não gostavam e verde o que gostavam (PROFESSORA 2 – carta 2).

Lembro-me que, para fins da avaliação dos indicadores de qualidade, realizamos junto às crianças a expressão de suas preferências e opiniões acerca dos espaços e brinquedos disponíveis no ambiente educacional. Preparamos cartazes com imagens dos espaços e brinquedos do CEI e, por revezamento de turmas, as crianças iam analisando o material e pontuando suas opiniões, seu ponto de vista (PROFESSORA 1 – carta 1).

Dentre os instrumentos metodológicos, o recurso fotográfico foi o disparador da avaliação dos espaços, posto que, por meio das imagens, é possível conhecer o ponto de vista das crianças em suas narrativas coletivas e individuais.

Durante o planejamento das estratégias, a equipe educativa definiu que o processo avaliativo seria mediado pela própria professora por meio das rodas de conversa. Segundo Campos (2008), as rodas de conversa constituem-se em uma boa estratégia para colher as vozes infantis, visto ser uma ação que faz parte da rotina das crianças, algo que já estão familiarizadas, o que facilita o processo de comunicação, uma vez que, o(a) adulto(a) demonstra a necessidade de ouvir e conhecer as experiências, histórias e culturas das próprias crianças; ação essa visível nas narrativas das professoras:

Quando começamos a trabalhar a avaliação institucional, comecei a trazer para a conversa vivências que ocorriam no CEI e as crianças contavam tudo, o que faziam, o que gostavam e o que não gostavam. A partir daí elaborava



perguntas que levassem as crianças a participarem da conversa, exemplo: Como? Quando? E perguntas que remetiam às vivências das mesmas, propondo alguns temas, tais como: arrumação da sala, festa de aniversariantes, brincadeiras, brinquedos e espaços preferidos no CEI, os alimentos prediletos servidos pela unidade, as atividades que mais gostavam de realizar, sugestões gerais (PROFESSORA 1 – carta 2).

No momento da avaliação visitávamos os espaços com o grupo de crianças e depois na roda de conversa realizada ora na sala de convivência ora na sala de vídeo, a professora lançava perguntas tendo como disparador as imagens dos espaços: quais ambientes que elas tinham gostado mais, qual espaço elas gostavam mais de utilizar, quais espaços eram de sua preferência, quais os espaços que não gostavam, o que precisava mudar ou melhorar naquele espaço, o que está faltando neste espaço (PROFESSORA 2 – carta 2).

De acordo com o Currículo da Cidade: Educação Infantil (SÃO PAULO, 2019), a escola é um espaço de fazer boas perguntas, não aquelas que busquem respostas certas ou erradas, mas aquelas que provoquem as crianças a refletirem sobre situações que lhe dizem respeito, que façam sentido para elas e que provoquem reflexões sobre os espaços e situações vivenciadas no cotidiano das instituições. Sendo assim, por meio da postura aberta e disponível das professoras para a escuta e com questões que envolvessem seu contexto, as crianças se sentiram mais seguras para revelar seus desejos, interesses e inquietudes.

### **Participação política das crianças**

Garantir a participação das crianças em processos decisórios implica em: assumir a creche como um espaço público, social e democrático, que exerce um papel dentro da sociedade, como afirma Dewey (1979); garantir a “[...] consolidação de práticas cotidianas emancipatórias pelas quais as crianças possam imaginar, criar, inventar e transgredir” (SILVA, 2015, p. 116) e, principalmente, mudança de postura dos(as) adultos(as), concebendo a criança como cidadã, que constrói sua autonomia por meio de experiências democráticas, que expressa e investiga o mundo por meio das múltiplas linguagens e que interpreta o mundo diferente dos(as) adultos(as).

O caminho de transformação da creche iniciou a partir da frase “queremos um lugar para brincar em dia de chuva”, dita por crianças na faixa etária de 3 anos, em forma de reivindicação por seus direitos, o que possibilitou a mudança do olhar, das práticas, dos espaços e dos contextos da creche, como revelam as narrativas da diretora e da professora 1:

Inspirada nestas vozes infantis tão claras e simples foi que nossa Unidade de Educação Infantil começou a percorrer o novo, ganhar uma nova cara, a cara que as crianças tanto queriam (DIRETORA – carta 1).

Gradativamente, os espaços foram tomando novas formas. Atualmente, tem tanque de areia, uma área com campo de futebol, horta, um parque amplo com diferentes brinquedos (PROFESSORA 1 – carta 2).

A necessidade de um espaço coberto era algo já percebido por alguns membros da equipe educativa, porém nunca assumido como uma reivindicação. Nem mesmo se constituía como uma prioridade no plano de gastos das verbas federais e municipais da creche. Como afirma Tonucci (2020, p. 249), “[...] as crianças são capazes de apontar problemas que os adultos tendem a não ver ou subestimar, como a falta de espaço e tempo para brincar, o absurdo da proteção excessiva, a impossibilidade de mobilidade autônoma, etc.”

Frente ao que assevera Tonucci (2020) com relação ao olhar das crianças para o contexto ao quais estão inseridas, tais problemáticas são desveladas nas falas desses pequenos e pequenas durante a avaliação dos espaços:

Durante a avaliação da área externa Gabriel<sup>3</sup> aponta que, “*precisa de cimento, têm as pedras, aí a motoca para.*” [...] Com relação a sala de vídeo Laura diz: “*não tá bom, porque tá faltando lugar*”, outra criança apoia sua fala, exclamando: “*eu acho que ela tá ruim.* Ao serem questionadas pela professora o que poderia ser feito para melhorar aquele espaço, João se posiciona e diz “*tem que tirar essas cadeiras pra nós assistir, e colocar só tapete pra gente sentar*”. [...] já o parque Pedro argumenta “*Não tem brinquedo para eu brincar. Falta balança, porque o Paulo não deixa eu brincar, aí tem que ter outra*” (Registro reflexivo da coordenadora, 2015).

Assegurar a participação das crianças na creche não significa estabelecer hora e data para escutá-las, porque, como defende Freire (1996), a escuta é um compromisso, uma atitude, uma maneira de viver e se posicionar no cotidiano, entendendo que as crianças se manifestam o tempo todo.

Ao assumir a creche como um lugar de encontro, de decisões coletivas em que todos os atores sociais sejam corresponsáveis, dando a devida importância à autoavaliação institucional como um espaço de diálogo e abertura para transformações e qualificação das práticas, a equipe gestora e docente permitiu às crianças pronunciarem e anunciarem suas inquietudes, percepções e sugestões, sentindo-se fortalecidas e reconhecidas por meio de uma relação dialógica humanizada e horizontal entre elas e as professoras. Como afirma a diretora em sua segunda carta, “dentro desta perspectiva compreendemos que se faz imperioso não somente ouvir a voz

<sup>3</sup> Embora a citação tenha sido retirada da documentação pedagógica da coordenadora, os nomes das crianças são fictícios, de modo a preservar suas identidades. No ensino, ressaltamos que todos os procedimentos éticos foram garantidos ao longo da pesquisa.

da criança, mas também legitimar sua participação, autoria e protagonismo na construção de uma educação infantil de qualidade”.

Ao finalizar a autoavaliação institucional, um processo dialógico que fortaleceu a gestão democrática da instituição, garantindo a escuta e participação das turmas do Minigrupo II e demais atores da creche (docentes, gestoras e equipe de apoio), a gestão compartilhou com as crianças as mudanças que foram possíveis de se fazer naquele ano, demonstrando a elas que suas vozes e desejos têm valor, que foram escutadas com seriedade e legitimadas.

Com relação ao parque, as crianças discutiram a necessidade de ampliar a quantidade de balanços, diminuindo assim o tempo de espera e conflitos entre elas, pois esse era um brinquedo muito requisitado pelas crianças. Outra questão foi o corte do mato, expresso na carta da Professora 1:

Lembro-me que ao perguntar sobre os espaços de aprendizagens duas questões me marcaram: o pedido de duas crianças para que arrumassem o parque, pois havia muitos buracos e poderiam se machucar (Rafael e Ana) e o destaque que deram ao incômodo que sentiam ao perceber o mato crescido dificultando as brincadeiras nesse espaço. Rafael era questionador e sempre perguntava quando iam cortar o mato (PROFESSORA 1 – carta 1).

Em relação à cobertura de um espaço para que as crianças pudessem brincar em dias de chuva, a diretora chamou um engenheiro para verificar a possibilidade, porém, naquele ano, com a verba recebida, não seria possível, fato compartilhado com as crianças “valorizando cada vez mais o protagonismo infantil e uma infância pensada em sua totalidade” (PROFESSORA 2 – carta 1).

O pedido foi encaminhado em junho/2015 à Diretoria Regional no plano de ação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista (SÃO PAULO, 2016a), além do memorando solicitando uma reforma para a creche, que foi atendido no final de 2020, cinco anos após a solicitação.

Mesmo diante da impossibilidade momentânea de construir um espaço para que as crianças pudessem brincar em dia de chuva, a diretora comprou os brinquedos solicitados por elas e reformou o solário, construindo um novo parque. Dentre as solicitações das crianças, encontramos a de Laura: “*quero um brinquedo que entra de um lado e sai do outro, bem grande*” e de Ana “*não dá pra brincar de casinha só com panelinha né?*” (Registro reflexivo da coordenadora, 2015). Nas palavras da Diretora (carta 1):

Desta maneira, a voz das crianças foi representada, incluímos as compras solicitadas e as modificações requisitadas por elas. Foi construído um novo

parque, realizamos reformas no parque e na área externa, também construímos um outro parque, reorganizamos um espaço para as brincadeiras em dias de chuva, reorganizamos a maneira de servir as refeições dando possibilidade delas mesmas se servirem na mesa.

Diante desse contexto, é possível verificar que a creche valorizou as vozes das crianças durante o processo de autoavaliação, comunicando-as sobre o motivo de sua participação, respeitando seu desejo de se manifestarem ou não durante as rodas de conversa, previamente planejadas, ou durante a rotina; a postura acolhedora e atenta das professoras diante das falas das crianças e a devolutiva de suas reivindicações legitimaram suas vozes.

### Aprender com as crianças

As crianças, ao compartilharem suas culturas, suas teorias, descobertas e reflexões, possibilitam ao(à) adulto(a) ver o que, muitas vezes, estava invisível aos seus olhos, como afirma a gestora ao se referir à reivindicação das crianças: “uma frase qual nos despertou a curiosidade e modificou nossa prática docente [...] e foi assim que demos início a esta aventura junto de nossas crianças no ano de 2015, buscando ver o que ainda não tínhamos visto” (DIRETORA - carta 1).

Segundo Silva e Fasano (2020), manter nossa infância viva nos possibilita o resgate do olhar menino(a) da descoberta, da curiosidade, da investigação, do encantamento, sem verdades absolutas, mas aberto ao mundo e à escuta do(a) outro(a), como é possível vislumbrar na narrativa da professora e diretora:

[...] ansiávamos ouvir o que as crianças queriam nos falar, e nos surpreendemos com a quantidade de “coisas” que elas tinham a dizer. [...] nos encantamos e mostramos como é possível a participação política das crianças para construirmos essa nova narrativa (DIRETORA – carta 1).

Por fim, esse fazer provocou em mim um interesse maior em observar a turma, buscar conhecimentos, pesquisar, me colocar no lugar desses sujeitos sociais e pensantes; e sobretudo ouvi-las, pois, as crianças apontavam o que gostariam de experienciar e isso facilitava o meu planejamento. As crianças sempre dão pistas, elementos que revelam suas expectativas, tornando seu aprendizado mais prazeroso e a prática do professor mais significativa” (PROFESSORA 1 – carta 2).

Professora e gestora relatam, além da escuta, a importância da observação, como um olhar contínuo de acolhimento, de descoberta, de atenção e interesse em descobrir o mundo a partir das relações, interações, olhares e vozes das crianças, visto que o ato de observar “[...] depende de nossa formação, de nossa cultura, de nossas intenções e da imagem de criança que

construímos, [...] observamos, em especial, porque desejamos gerar mudanças” (RIERA, 2019, p. 80).

Em face às aprendizagens e descobertas estabelecidas no diálogo, em uma relação horizontal na construção de uma educação emancipatória, foi possível perceber que as crianças, ao avaliarem os espaços, reivindicavam melhorias para o coletivo, visando o bem-estar de todos e todas. Para Tonucci (2020, p. 247), “[...] a criança, expressando suas necessidades, representa bem as necessidades de todos os cidadãos, desde os mais fracos, aqueles e aquelas com deficiência”, como se verifica na fala de João, que alerta em relação às valetas existentes no parque, “*tem que colocar um vidro no chão para melhorar e os bebês e a gente não cair*”. (Registro reflexivo da coordenadora, 2015)

A escuta das vozes destas crianças possibilitou às professoras e gestora descobrirem seus olhares sensíveis e preocupados com o coletivo da creche:

Na carta aponto os dois pedidos das crianças que me marcaram. O pedido de Rafael e Ana. Esses pedidos me impactaram não somente pelos conteúdos, mas pela expressão que eles traziam no rosto. Muitas vezes, podemos pensar que a criança não se importa, não sente, não percebe e, por sua vez, não tem voz. Não é verdade! Na ocasião, a expressão do rosto das crianças trazia uma frustração pela demora nas providências (PROFESSORA 1 – carta 2).  
Enfim, 2015 foi um ano que enquanto educadores de primeira infância nos foi oportunizado reaprender a olhar e a escutar, uma experiência que nos possibilitou o encantamento com o “desconhecido” e que de uma forma simples e viva nos impulsionou e nos impulsiona ainda hoje (DIRETORA – carta 1).

Ao vivenciar a experiência de participação das crianças na autoavaliação, a creche começou a se transformar em um novo contexto de educação infantil, não apenas com mudanças no espaço, mas com transformações nas práticas e concepções, pois “[...] saiu do só olhar a criança e falar por ela, e passou a incluir sua voz como sujeito participativo” (ALMEIDA; PAIVA, 2016, p. 95), constituindo-se enquanto um ambiente que respeita as vozes infantis, garantindo seus direitos com práticas dialógicas e democráticas, em que todos e todas têm o direito à palavra e a participar das situações decisórias, pois a escuta é vista como uma postura essencial do(a) educador(a) da infância.

## Considerações finais

Investigar a experiência da participação das crianças na autoavaliação institucional, que partiu da escuta da reivindicação delas por um espaço para brincarem em dias de chuva, constituiu-se em uma narrativa tecida por diferentes fios entrelaçados pelas memórias, olhares, vozes, percepções, reflexões e palavras.

Revisitar este contexto investigativo fortaleceu o processo de construção de conhecimento e transformação vividos pelos sujeitos desta pesquisa, pois deu visibilidade às vozes infantis dentro de um contexto político e participativo, com suas teorias, ideias, inquietudes, reivindicações, potências, conceitos, encantamentos, imaginações e histórias, e também possibilitou à creche assumir seu papel social como um espaço de relações democráticas e dialógicas em que os cidadãos e cidadãs se constituem na prática da cidadania.

A equipe da creche, nessa experiência da participação das crianças na autoavaliação institucional, assumiu a escuta das vozes infantis como uma ação de transformação de práticas antidialógicas e de concepções, aproximando ao que era previsto no Projeto Político-Pedagógico, ao considerar as crianças como sujeitos de direito, dentre eles o direito de participar das decisões que lhes dizem respeito, assim como ao:

[...] garantir as crianças seu direito à infância, através de situações agradáveis, significativas, estimulantes, possibilitando as mesmas ampliarem suas experiências e se desenvolver em todas as dimensões humanas: afetiva, motora, cognitiva, social, imaginativa, lúdica, estética, ética, criativa, expressiva e linguística (SÃO PAULO, 2016b, p. 26).

A creche se constituiu enquanto uma instituição democrática, um espaço social e cultural em que as crianças têm a possibilidade de viver suas infâncias.

As professoras e diretora compreenderam que a escuta às crianças não é uma ação mecanizada a ser garantida na rotina, mas uma postura de vida, entendendo que meninos e meninas se posicionam, investigam, questionam, teorizam e se encantam pelos contextos vividos, e elas, docentes e gestoras, precisam estar atentas a eles e elas, com olhar e escuta sensíveis aos seus gestos, olhares e vozes. Tudo isso, considerando que as crianças se expressam no mundo por meio das múltiplas linguagens, apropriando-se da cultura do contexto e construindo novas culturas a partir de suas interpretações.

A estratégia das rodas de conversa como espaços planejados de acolhimento e discussões com foco definido, marcadas pela dialogicidade e o respeito a todas as vozes, possibilitou às crianças aprenderem com o coletivo, fortalecerem os vínculos e reconhecerem o poder de suas vozes diante de seus posicionamentos, conflitos e inquietudes, partilhando

decisões junto com os outros atores da unidade educativa, uma vez que a participação é um direito de todos os cidadãos e cidadãs com suas culturas e singularidades.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. G.; PAIVA H. V. G. A. Avaliação institucional na educação infantil: a participação das crianças na organização do trabalho pedagógico. *EccoS*, São Paulo, n. 40, p. 83-96, maio/ago. 2016.
- BONDIOLI, A.; SAVIO, D. (org.). **Participação e Qualidade em Educação da infância:** percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. [S. l.]: Ed. UFPR, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. **Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990.** Promulga a convenção sobre os direitos da criança. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm). Acesso em: 15 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016.** Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), do Decreto-Lei nº3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm). Acesso em: 15 abr. 2021
- CAMINI, I. **Cartas pedagógicas:** aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. Porto Alegre: ESTEF, 2012.
- CAMPOS, M. M. Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. *In:* CRUZ, S. H. V. (org.). **A criança fala:** escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 35-42.
- CORSARO, W. A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. *In:* MULLER, F; CARVALHO, A. M. A. (org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças:** Diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. p. 31-50.
- CRUZ, S. H. V. A qualidade da educação infantil, na perspectiva das crianças. *In:* OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (org.). **A escola vista pelas crianças.** Porto: Porto Editora, 2008. p. 75-93.
- DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância:** perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Penso, 2019.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**: introdução à filosofia da educação. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Plano Editora, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

NASCIMENTO, M. L. B. P. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. *In*: FARIA, A. L. G. de; FINCO, D. (org.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. p. 37-54.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (org.). **Pedagogia(s) da infância**: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto alegre: Artmed, 2007. p. 13-36.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. **As crianças contextos e identidades**. Porto: Universidade do Minho, Centro de Estudos da Criança, 1997.

RIERA, M. A. Do olhar ao observar. *In*: HOYUELOS, A.; RIERA, M. A. **Complexidade e relações na Educação Infantil**. São Paulo: Phorte, 2019. p.73-116.

SÃO PAULO (cidade). **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana**. São Paulo: SME/DOT, 2016a.

SÃO PAULO (cidade). **Projeto Político Pedagógico do CEI**. São Paulo: SME/DOT, 2016b.

SÃO PAULO (cidade). **Currículo da Cidade**: Educação Infantil. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SILVA, M. R. P. da. Paulo Freire e as crianças: um convite à infância. **Inter-Ação**, Goiânia, v.46, n. esp., p. 1009-1019, set. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68463>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, M. R. P. da; FASANO, E. Crianças e infâncias em Paulo Freire. *In*: SILVA, M. R. P. da; MAFRA, J. F. (org.). **Paulo Freire e a educação das crianças**. São Paulo: BT Acadêmica, 2020. p. 57-82.

SILVA, T. J. da. Queremos o nosso playground! Participação e cidadania na infância: entraves e possibilidades. **Revista Veras**, São Paulo, v.5, n. 2, jul./dez. 2015. p. 104-120. Disponível em: <http://site.veracruz.edu.br:8087/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/view/219>. Acesso em: 17 dez. 2021.

TONUCCI, F. O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista (BA), v. 16, n.



40, p. 234-257, jul./set. 2020. Disponível em:  
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6897>. Acesso em: 19 dez. 2021.

TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem**: agora chega! Porto Alegre: Artmed, 2005.

VICENTE, A. de J. **“Queremos um lugar para brincar em dia de chuva”**: A participação política das crianças na autoavaliação institucional da creche. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, SP, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015.

### ***CRedit Author Statement***

---

**Reconhecimentos**: Agradeço a professora Marta pela parceria e dedicação.

**Financiamento**: Não aplicável.

**Conflitos de interesse**: Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética**: O trabalho respeitou todos os procedimentos éticos. Os TCLEs assinados pelos participantes encontram-se com as pesquisadoras.

**Disponibilidade de dados e material**: Não aplicável.

**Contribuições dos autores**: Ambas as autoras participaram da elaboração, execução e escrita deste trabalho.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

